

SÚMULA DO PARECER TÉCNICO nº 031/13/IPSR

PROCESSO: Nº 13.639/2006
INTERESSADO: Empresa Bragantina de Varrição e Coleta de Lixo Ltda. - EMBRALIXO
MUNICÍPIO: Bragança Paulista
ASSUNTO: Obras de Ampliação do Aterro Sanitário em Regime de Codisposição de Resíduos Domiciliares e Industriais Não Perigosos (Classe II)
DATA: 29.05.2013

1 INTRODUÇÃO

Trata-se da súmula do Parecer Técnico nº 031/13/IPSR, elaborado pelo Setor de Avaliação de Sistemas de Tratamento de Resíduos – IPSR do Departamento de Avaliação Ambiental de Projetos e de Processos - IP, com a colaboração da Agência Ambiental de Atibaia - CJB desta Companhia, para subsidiar a análise da viabilidade do empreendimento em referência.

Segundo o EIA, o projeto apresentado visa a ampliação de um Aterro Sanitário em Regime de Codisposição de Resíduos Domiciliares e Industriais Não Perigosos (Classe II) com o objetivo de atendimento do município de Bragança Paulista.

2 DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O local onde se pretende implantar o empreendimento situa-se na Estrada Municipal do Bairro do Campo Novo s/nº, no município de Bragança Paulista, a oeste do seu centro urbano. O empreendimento será implantado em propriedade de extensão superficial total de 68,3605 ha. Tal área encontra-se afastada de núcleos habitacionais, sendo o entorno ocupado por campos antrópicos e propriedades rurais.

A Ampliação do Aterro Sanitário em Regime de Codisposição de Resíduos Domiciliares e Industriais Não Perigosos (Classe II) ocupará uma área de aproximadamente 121.000 m² adjacente ao maciço de resíduos existente. O empreendimento receberá 180 t/dia de resíduos em final de plano, com execução de 7 camadas de resíduos. A altura total do maciço será de cerca de 35 m, entre as cotas 860 m e 895 m. Sua capacidade volumétrica será de 702.750,2 m³ de resíduos e vida útil estimada em 10 anos. A concepção do empreendimento prevê todos os sistemas de proteção e controle ambientais para este tipo de atividade, tais como: impermeabilização inferior e superior; drenagem e armazenamento temporário de líquidos percolados, com encaminhamento para tratamento externo; sistema de drenagem de águas superficiais; sistema de drenagem e queima do biogás.

Para o empreendimento, foi prevista a formação de uma cortina vegetal ao longo de todo o perímetro da área. Quanto às instalações de infraestrutura (isolamento, portaria, escritório para administração e recepção, balanças rodoviárias, almoxarifado, entre outras) serão utilizadas as existentes.

Conforme descrito no EIA, estão previstos, ainda: Programa de Comunicação Social; Programa de Controle Ambiental das Obras; Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas, Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais; Programa de Monitoramento da Qualidade do Percolado; Programa de Monitoramento da Emissão de Gases; Programa de Monitoramento Geotécnico do Maciço de Resíduos; Programa de Compensação Ambiental, entre outros.

3 AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Os principais potenciais impactos negativos ao meio ambiente, decorrentes das fases de planejamento, instalação, operação e encerramento do empreendimento, bem como as principais medidas mitigadoras e/ou compensatórias propostas pelo empreendedor e as sugeridas no Parecer Técnico nº 031/13/IPSR são apresentadas a seguir.

3.1 Fase de planejamento

Expectativas da população - a divulgação das informações sobre a implantação do empreendimento pode causar dúvidas e inseguranças sobre eventuais incômodos decorrentes das atividades a serem desenvolvidas. Ainda podem surgir expectativas sobre a geração de empregos. Para mitigação desse impacto, foi proposto pelo empreendedor um Programa de Comunicação Social, o qual deverá ser revisado por ocasião da solicitação da LI.

3.2 Fase de instalação

Desapropriações imobiliárias - não estão previstas desapropriações imobiliárias, uma vez que o empreendimento será implantado em propriedade objeto da matrícula nº 32.100 do Registro Geral do Cartório de Registro de Imóveis de Bragança Paulista – SP, sendo que o empreendedor possui Instrumento Particular de Contrato de Locação com os proprietários, para locação de uma parte desta propriedade, desde 01.06.1982 e com renovação ininterrupta. Por ocasião da solicitação da LI, o empreendedor deverá apresentar cópia do Instrumento Particular de Contrato de Locação com os proprietários da área do empreendimento, devidamente atualizado.

Supressão de vegetação e Intervenção em Áreas de Preservação Permanente – APPs – a Área Diretamente Afetada – ADA encontra-se desprovida de vegetação nativa, fora de APP e atualmente funciona com área de empréstimo de solo de cobertura dos resíduos do Aterro em operação. Salienta-se que, conforme Parecer Técnico Florestal – PTF nº 13.499/2009 emitido pelo então Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN em 16.02.2009, a ampliação do empreendimento está condicionada ao cumprimento do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental - TCRA nº 14/03 RCP, cujas medidas a serem executadas referem-se à implantação do projeto de enriquecimento florestal com plantio de espécies nativas, visando a formação de cortina vegetal e reflorestamento e enriquecimento da vegetação ciliar do Ribeirão do Tabuão e tributário. Dessa forma, na fase da LI, o empreendedor deverá apresentar o andamento do atendimento do TCRA nº 14/03 RCP.

Uso de áreas de empréstimo e de bota-fora – as escavações necessárias para a ampliação proposta gerarão o volume estimado de 140.394,5 m³ de solo. No entanto, para a realização das obras do Aterro, o volume de solo necessário foi estimado em 291.543,9 m³. Assim sendo, está previsto um déficit de solo da ordem de 151.149,4 m³, que segundo informações do EIA, será obtido de jazida externa. Para a emissão da LI, o empreendedor deverá apresentar, no âmbito do projeto executivo da ampliação do Aterro, ensaios geotécnicos, que provem a adequabilidade do solo para os fins a que se destina, bem como a revisão do balanço volumétrico de solo com indicação de potenciais áreas de empréstimo de solo devidamente licenciadas.

Interferências sobre no patrimônio arqueológico – não estão previstas interferências no patrimônio arqueológico, uma vez que a área prevista para a ampliação do Aterro não apresentou qualquer indicação da presença de patrimônio arqueológico e histórico positivo, tanto em superfície como em profundidade. Conforme Parecer Técnico nº 066/04 9ªSR/IPHAN/SP de 26.05.04, o IPHAN é favorável à emissão de Licença Ambiental para a realização do referido empreendimento nas questões relativas à proteção do Patrimônio Cultural Arqueológico.

3.3 Fase de instalação/operação

Intensificação dos Processos de Dinâmica Superficial – a movimentação de solo durante as fases de instalação e operação do empreendimento poderá favorecer o surgimento de processos erosivos, além do transporte de material particulado para drenagens locais situadas a jusante da área das obras (Ribeirão do Tabuão), com conseqüente assoreamento. Na fase da LI, deverão ser apresentados o detalhamento do Plano de Controle Ambiental das Obras, bem como os projetos específicos de drenagem e terraplenagem (contendo os elementos constituintes e a localização em planta), barreiras físicas, além do detalhamento da operação do empreendimento e das possíveis interferências com o maciço de resíduos existente, no âmbito do projeto executivo da ampliação do Aterro.

Interferências em Unidades de Conservação – UCs - foi verificado que a área prevista para a implantação do empreendimento localiza-se na Área de Proteção Ambiental – APA Piracicaba/Juqueri Mirim (área II) e na APA do Sistema Cantareira, ambas Unidades de Conservação - UCs da categoria de

uso sustentável nos termos da Lei nº 9985 de 18.07.2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. A Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo, que é gestora dessas UCs se manifestou por meio do Parecer Técnico nº 02/2009, datado de 31.08.2009, no qual consta que não se opõe à implantação do empreendimento, tendo-se que não são esperadas interferências em Unidades de Conservação.

Interferências na fauna silvestre – considerando que a área de implantação do empreendimento e o seu entorno imediato encontram-se alterados e urbanizados, não oferecendo capacidade de suporte para a fauna silvestre, sendo encontradas nas imediações apenas espécies comuns, adaptadas a ambientes alterados, entende-se que a implantação do empreendimento não acarretará interferências na fauna silvestre. No entanto, conforme consta do EIA, é comum que cães sejam abandonados nas proximidades do Aterro, sendo verificada a presença de pegadas de cães na propriedade. Assim sendo, durante a fase de operação, o empreendedor deverá adotar medidas que visem impedir o acesso de animais ao interior do empreendimento, caso as medidas previstas (cercamento da área e a implantação e a cortina vegetal) não sejam suficientes. Se verificada a presença de cães ou mesmo de gatos vadios nas imediações, a municipalidade deverá ser notificada para providências.

Pressão na infraestrutura viária, incômodos à população e risco de acidentes – devido à presença e movimentação de veículos pesados, tais como caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras e veículos coletores, durante a instalação e operação de empreendimentos desta tipologia, poderão ocorrer incômodos à população, tais como tráfego intenso, geração de poeira e espalhamento de lama, além de alterações no nível de ruído na área de influência, ocorrência de riscos de acidentes e deterioração das vias de acesso, principalmente nos meses de chuva. Por ocasião da solicitação da LI, o empreendedor deverá apresentar Programa de Minimização de Riscos de Acidentes e de Segurança no Trânsito detalhado a ser implementado durante a operação do empreendimento, bem como proposta detalhada de melhorias na Estrada Municipal do Bairro do Campo Novo.

3.4 Fase de operação

Potencial de contaminação do solo, águas subterrâneas e superficiais - trata-se do impacto potencial de maior significância de um aterro sanitário, que é mitigável com a implantação de um adequado projeto de engenharia e das medidas preventivas propostas. Visando mitigar esse potencial impacto, o empreendedor deverá apresentar o projeto executivo da ampliação do aterro para a fase de LI, contendo inclusive o detalhamento da impermeabilização inferior, drenagem das águas superficiais, drenagem de gases, drenagem de líquidos percolados, além da apresentação de carta de anuência da Concessionária responsável pelo recebimento e tratamento dos líquidos percolados e da implementação dos Programas de Monitoramento da Qualidade das Águas Subterrâneas e das Águas Superficiais.

Risco de instabilização geotécnica do Maciço de Resíduos - maciços de resíduos possuem o potencial de instabilidade associado, principalmente, à inadequada operação dos sistemas de proteção ambiental, ausência ou monitoramento inadequado, baixa capacidade de suporte do solo e/ou concepção geométrica inadequada. Para monitorar as condições de estabilidade do maciço sanitário foi proposta a instalação de instrumentos, para acompanhamento do comportamento geotécnico do maciço e a implementação de um Programa de Monitoramento Geotécnico que contemple as necessárias medidas preventivas e de controle.

Geração e emissão de substâncias odoríferas - não são esperados incômodos pela geração e exalação de odores, uma vez que os núcleos urbanos mais próximos ao futuro empreendimento estão localizados a aproximadamente 500 m, na direção oposta (leste) à direção preferencial dos ventos (de leste para oeste), e estão previstas medidas para a minimização de odores no âmbito do Programa de Monitoramento da Emissão de Gases proposto pelo empreendedor.

Interferência em segurança aeroportuária - a área prevista para a implantação do empreendimento está localizada a 5,5 km do Aeródromo Estadual Arthur Siqueira, localizado no município de Bragança Paulista, estando, portanto, inserida em Área de Segurança Aeroportuária – ASA nos termos da Resolução CONAMA nº 004/95. No entanto, foi apresentado pelo empreendedor o Ofício nº 4727/SCA/46891 emitido pelo Quarto Comando Aéreo Regional – IV COMAR do Ministério da Defesa em 25.09.2012, no qual consta que este órgão defere o requerimento de ampliação do empreendimento em ASA, desde que haja o

compromisso formal do solicitante de que serão empregadas práticas que impossibilitem que o estabelecimento avaliado venha a tornar-se foco atrativo de aves, o qual deverá ser providenciado pelo empreendedor ao referido órgão por ocasião da solicitação da LI. Além disso, deverá ser implantado um Programa de Monitoramento e Controle de Avifauna durante a operação do empreendimento.

Riscos à saúde pública - o recebimento de resíduos em aterros sanitários, principalmente nas frentes de trabalho antes do aterramento dos mesmos, poderá atrair reservatórios e vetores de doenças. No entanto, esse potencial impacto será mitigado com a adequada operação do empreendimento e a adoção de medidas mitigadoras propostas. Além disso, deverá ser apresentado um Programa de Controle de Reservatórios e Vetores solicitado ao empreendedor, a ser detalhado na fase da LI.

3.5 Fase de encerramento

Impactos associados ao encerramento do empreendimento - quando do encerramento das atividades de aterros, poderão ocorrer alguns impactos ambientais negativos, tais como: processos erosivos, instabilidades no maciço, odores, alteração da paisagem, entre outros. Assim sendo, antes do encerramento do empreendimento, o empreendedor deverá apresentar um Plano de Encerramento, juntamente com proposta detalhada de uso futuro da área.

4 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Foi apresentado no EIA um Programa de Compensação Ambiental, no qual o empreendedor cotejou as seguintes Unidades de Conservação – UCs para o recebimento do recurso financeiro: Estação Ecológica Municipal do Caetê, APA Piracicaba/Juqueri Mirim e APA Sistema Cantareira. Caberá à Câmara de Compensação Ambiental da SMA definir a destinação dos recursos da compensação, sendo a apresentação do comprovante de pagamento pelo empreendedor condicionante à emissão da LI. Para a LO deverá ser apresentado relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental.

5 CONCLUSÃO

Face ao exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam implementadas as medidas propostas no EIA e atendidas as exigências técnicas definidas no Parecer Técnico nº 031/13/IPSR. Nestes termos, esta Diretoria submete ao CONSEMA, a presente súmula, para verificação do interesse em apreciar a viabilidade ambiental das Obras de Ampliação do Aterro Sanitário em Regime de Codisposição de Resíduos Domiciliares e Industriais Não Perigosos (Classe II) no município de Bragança Paulista, de responsabilidade da Empresa Bragantina de Varrição e Coleta de Lixo Ltda. – EMBRALIXO.

Ana Cristina Pasini da Costa

Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental